

Introdução

*Meus livros dispensam alguém que te acuse ou te julgue.
Tua página se ergue contra ti e diz: “és um ladrão”.*
Marcus Valerius Martialis

What is originality? Plagiarism undetected.
William R. Inge

Este trabalho se debruça sobre o fenômeno do plágio e tem por motivação um interesse em conciliar os elementos de bom senso que reconhecemos haver nas duas posições aparentemente antagônicas emblemáticas nas epígrafes acima.

De um lado, identificamo-nos com o espírito de indignação condensado nos versos do poeta epigramático romano, em uma das mais antigas alusões documentadas à prática de roubar palavras alheias. De outro, reconhecemos sensatez nos dizeres do escritor britânico, que aqui representa uma tendência de força nos debates acerca de questões de autoria e propriedade intelectual – a de sublinhar a impossibilidade última da originalidade e a conseqüente necessidade da cópia na escrita.

Podemos reconhecer pelo menos dois fenômenos contemporâneos importantes que reforçam respectivamente as duas posições epigrafadas acima, acentuando com vigor renovado a tensão de longa história que vêm manifestando entre si.

Por um lado, o advento da Internet tem aberto espaço para uma crescente apreensão quanto a possíveis deslimites na reutilização daquilo que foi dito por outra pessoa. A facilitação da circulação e de disponibilização de informações promovida pelo largo alcance da rede mundial de computadores tem de fato ampliado os debates acerca da propriedade intelectual e dos direitos autorais, bem como sobre procedimentos de referência e citação que garantiriam uma certa proteção aos autores dos textos disponibilizados na Internet. Esse cenário já se vê

refletido, por exemplo, em instituições de ensino que, como veremos, têm investido maciçamente na elaboração de mecanismos de prevenção e de detecção, com o intuito de reduzir o crescente índice de casos de plágio envolvendo seus alunos.

Por outro lado, assistimos hoje, sobretudo no circuito intelectual pós “virada lingüística”, à disseminação de visões acerca da natureza da linguagem que em muito contribuem para desestabilizar teoricamente noções tradicionais importantes para uma identidade estável do plágio, entre elas *significado*, *interpretação*, *autor*. Trata-se de perspectivas que se caracterizam, entre outras coisas, por renunciar à tese milenar de que as línguas funcionam como sistemas de representação, nos quais os sentidos habitam as palavras de forma imanente e objetiva. A disseminação dessa visada *não-imanentista* alimenta em certa medida a propensão representada nas palavras de William Inge: se o significado não habita a letra, se os efeitos de sentido que as palavras alcançam não são fixos, sendo antes função exclusiva de circunstâncias as mais voláteis (históricas, culturais, biográficas etc.), então abre-se espaço para a idéia de que o que quer que um texto signifique não será aquilo que algum autor terá ali “inoculado” de forma permanente e recuperável. Toda leitura que um autor faz de outro é, sob esse ângulo, uma apropriação, uma releitura, não havendo ali propriamente um sentido *original* que pudesse ser – devida ou indevidamente – apropriado. A página, contrariamente à sugestão de Marcial, não é capaz de dizer nada por si; ela não traz a marca do seu autor. Como veremos, em versões mais extremadas desse tipo de abordagem, o plágio tem de fato sido encarado como uma espécie de “mito”, em uma atitude francamente cética quanto à possibilidade de haver critérios que respondam por sua identidade.

Nossa **hipótese** aqui, contudo, é a de que, ao recusarmos a tese de que o sentido é imanente à letra, o que nos parece pertinente, não temos necessariamente de adotar uma postura cética quanto à identidade do plágio, postura esta que nos parece, sob certos aspectos importantes, indesejável.

Apóiam centralmente a nossa hipótese as reflexões de um importante filósofo de inclinação anti-imanentista, L. Wittgenstein, cuja perspectiva de linguagem norteia este trabalho. Desenvolveremos nosso estudo com o **objetivo** de buscar no pensamento de Wittgenstein – em especial nas reflexões identificadas com a segunda fase de sua filosofia – elementos que nos indiquem

um caminho em que seja possível a convivência entre a descrença em uma visão de originalidade que prevê como atores centrais um gênio criador (o autor) e uma relação objetiva entre palavra e sentido, por um lado, e a legitimidade da identificação do plágio como prática diferenciada (e condenável), por outro.

Para tal, identificaremos elementos relevantes para o debate acerca da identidade do plágio nos escritos do autor e na literatura que se produziu em torno desses escritos, com ênfase nas leituras de Hans Johann-Glock, Stanley Cavell e Newton Garver. Na busca pelo instrumental necessário à reflexão aqui proposta, terá destaque a noção wittgensteiniana de *critério*, de grande utilidade para investigarmos de que maneira podemos admitir a flutuação do significado de expressões lingüísticas e, ainda assim, reconhecer que o plágio tem uma identidade. Conforme veremos, a discussão sobre a noção de critério figura na economia do pensamento de Wittgenstein em íntima associação com o seu investimento contra o ceticismo, atitude por ele considerada como um outro sintoma da mesma “doença filosófica” que move o impulso metafísico essencialista. Suas considerações sobre o ceticismo serão, portanto, também centralmente aproveitadas na reflexão que desenvolveremos sobre plágio, campo em que, como vimos, há espaço para a manifestação da atitude cética.

Assim delimitado e orientado, este estudo se organiza da seguinte forma.

O capítulo 2 se dedica a uma discussão teórica preliminar sobre a questão do sentido na linguagem. A título de erguer um pano de fundo para a discussão que se segue, apresentamos ali de forma sucinta os paradigmas mais relevantes na história das reflexões sobre o sentido, com destaque para o antagonismo, já manifesto no pensamento grego clássico, entre concepções imanentistas e anti-imanentistas. O capítulo tem como um segundo objetivo igualmente importante apresentar introdutoriamente a perspectiva wittgensteiniana de linguagem que norteia o trabalho, identificando e discutindo ali os conceitos mais relevantes para a investigação aqui proposta.

O capítulo 3 será dedicado à caracterização de nosso objeto de estudo, com a apresentação e discussão de aspectos associáveis ao jogo entre os planos lingüístico, histórico e jurídico. Destacaremos e discutiremos ali a oscilação entre duas compreensões básicas do plágio – como crime desprezível e como pré-requisito da escritura. Situaremos, além disso, o debate sobre o plágio textual

dentro de um embate teórico maior, buscando avaliar de que maneira as macrovertentes de que tratamos no capítulo 2 se encontram representadas nessa discussão específica. Veremos ali já anunciada a força da ameaça cética, que será centralmente discutida no capítulo 4.

Nesse capítulo, o conceito wittgensteiniano de *critério* será apresentado e discutido, a partir de uma análise das reflexões que o autor desenvolveu especificamente sobre o tema, bem como do exame de leituras feitas por alguns de seus principais comentadores. Buscaremos indicar de que forma a discussão wittgensteiniana sobre esse tópico pode lançar luz sobre a questão da identidade do plágio, considerando, sobretudo, a discussão em torno daquilo que conta como *o mesmo* em nossas práticas lingüístico-culturais. Experimentaremos, ali, diferentes argumentos que podem de algum modo acalmar a propensão a uma atitude cética, sem que seja necessário, para isso, abrir mão da adesão a uma perspectiva não-imanentista da linguagem.

Por fim, o capítulo 5 apresentará um exercício descritivo, no qual analisaremos situações associáveis ao fenômeno do plágio, o que, espera-se, propiciará uma apreensão mais concreta do debate teórico desenvolvido ao longo de nossa pesquisa, bem como das virtudes das considerações wittgensteinianas. Analisaremos as situações descritas retomando as características da noção de critério apresentadas no capítulo anterior, e explicitando como podem ser convocadas no debate acerca da identidade do plágio. Ainda à luz do exame das situações concretas consideradas, concluiremos o exercício mostrando de que modo a abordagem não-imanentista de Wittgenstein nos permite lidar com a ameaça cética no campo específico do plágio.

O capítulo 6 traz as nossas considerações finais, com a retomada do trajeto percorrido, o destaque dos nossos resultados investigativos e a indicação de alguns aspectos que mereceriam ser trabalhados em pesquisas futuras.

Pretendemos com este estudo contribuir para os debates sobre o plágio, deixando claro, desde já, no entanto, que em momento algum será nosso objetivo inventariar parâmetros para a condenação ou absolvição de um suposto plagiário. Nossa contribuição se encaminha em direção ao esclarecimento conceitual do fenômeno do plágio, à soma de um instrumental que, respeitando a densidade dos questionamentos aí envolvidos, deixe claras as virtudes da perspectiva de

linguagem adotada no momento em que nos deparamos com a pergunta *O que conta como plágio?*